



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Manutenção

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO:

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada, sob o Sistema de Registro de Preços - SRP, para locação de máquinas e serviços de transporte para ações de prevenção e desobstrução sob demanda. Nos termos da legislação vigente, especialmente a lei nº LF 13303/2016, RLC EMOP-RJ de 2018 e o RSRP de 2021.

1.2 Os serviços deverão ser executados, incluindo combustíveis, lubrificantes, manutenção e sem franquia de quilometragem utilizada na execução com os objetivos em atendimento as necessidades da **EMOP-RJ**, diversificadas nos seus 10º DEPMANs. Ou seja, em todo território estadual.

1.3. As especificações do objeto e quantidades dos equipamentos são aqueles constantes nos Anexos deste Termo de Referência, em que foram avaliados de acordo com o levantamento técnico operacional da EMOP-RJ.

1.4 A presente contratação, ocorrerá conforme o inciso I do art. 15 do Regulamento de Licitações e Contratos/EMOP, combinado com o art. 42, I, da LF 13303 de 2016.

1.5 Referente ao objeto, entendemos que a sua execução poderá ser de forma contínua. Cuja interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja a necessidade de contratação.

II – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 A Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP tem como missão o atendimento a todas as Secretarias e Entes Estaduais, além dos municípios.

2.2 A atual gestão constatou em relação aos últimos exercícios, referente aos suportes aos municípios afetados por catástrofes ambientais, tais como: Enchentes, deslizamentos de encostas, e etc. A necessidade de equipamentos e veículos pesados para suporte e operacionalização para atender as demandas inesperadas. Contudo sendo impossível o cumprimento dos afazeres sem a utilização destes. Tais equipamentos possuem finalidade específica dentro de um mesmo contexto: Apoio diversas situações.

2.3 Justifica-se ainda a presente locação de máquinas, equipamentos e veículos pesados por meio de SRP, as contratações realizadas por este instrumento são financeiramente mais vantajosas, pois se tem um ganho em escala, uma vez que o SRP agrupa a demanda de vários Departamentos de Manutenção regionalizados em 10 cidades e que as mesmas atendem os 92 municípios, em um só processo administrativo. Está ação, além de viabilizar preços finais mais baixos, evita que vários processos licitatórios sejam criados com a mesma finalidade, reduzindo custos e despesas administrativas, dentre outros.

2.4 Dessa forma, o interesse público é resguardado levando-se em consideração o princípio constitucional da economicidade e a obrigação que tem qualquer administrador público de zelo com o que compete a sua

missão institucional.

2.5 Considerando a natureza do serviço a ser contratado, elege-se para reger a presente contratação, o Sistema de Registro de Preços, através da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, pelo Critério de julgamento Menor Preço por Lote.

2.5 Faz-se necessária a contratação de empresa especializada em locação de máquinas e serviços de transporte para ações de prevenção e desobstrução sob demanda.

III – OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

3.1 Contratação de empresa especializada, sob o sistema de registro de preços - SRP, para locação de máquinas e serviços de transporte para ações de prevenção e desobstrução sob demanda de acordo com as especificações e quantidades constantes no anexo do presente Termo de Referência.

IV – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

4.1 Para execução dos serviços, a CONTRATADA utilizarão máquinas e equipamentos, e os disponibilizarão, de forma exclusiva, a esta EMOP-RJ durante o horário de uso, mantidos sempre em perfeito estado de manutenção, conservação e segurança, obedecendo, ainda todas as normas do CONTRAN, do DETRAN, e outras normas específicas que regulem os serviços ora demandados.

4.1.1 Os motoristas deverão possuir no mínimo Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria "D", sendo exigido experiência na respectiva categoria comprovados na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou contratos de prestação de Serviços.

4.1.2 Os motoristas utilizados na prestação dos serviços caracterizam força de trabalho acessória ao SRP em trela, portanto, em nada deve ser comparado com terceirização de serviços de mão de obras, razão pela qual todas as adequações escaladas, horas extras, horário de almoço e eventuais revezamentos devem ser previstos e provisionado pela CONTRATADA.

4.1.2.1 Os empregados da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a EMOP-RJ.

4.1.2.1.3 Quando iniciada a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a Fiscalização: cópias simples da CNH, para cada um dos motoristas alocados na prestação dos serviços.

4.1.2.1.4 Sempre que realizada a troca dos motoristas, o procedimento constante do subitem 4.1.2.1.3 deverá ser repetido para o(s) novo(s) motoristas(s).

4.2 Os veículos e máquinas deverão estar à disposição da EMOP/DEPMAN em até 03 (três) dias úteis a partir da retirada da Nota de Empenho, formalização do Contrato e a Ordem de serviço.

4.2.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os equipamentos, máquinas e veículos, nas quantidades estimadas e com as especificações estabelecidas nos itens dos anexos das quantidades a serem registradas deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário. Os veículos deverão possuir até 05 (Cinco) anos da data de fabricação e estar em bom estado de conservação e os equipamentos, máquinas 10 (dez) anos da data de fabricação e estar em bom estado de conservação.

4.2.1.1 Caso ocorra a necessidade de substituir aqueles que não atenderem ao proposto pela FISCALIZAÇÃO, a substituição deverá ocorrer nos mesmos prazos do item 4.2.

4.3 Em face de que entende-se como prestação de serviços, na ocorrência da necessidade de utilização dos

mesmos aos finais de semana, a contrata poderá ser solicitada. Não podendo se opor ao mesmo. A sua utilização deverá ser oficializado pelo titular do órgão.

4.4 Não serão permitidas a prestação de serviços os veículos que não estiverem em dia com suas documentações e que não preencham os requisitos de segurança previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

4.4.1 Os veículos deverão possuir os Certificados de Registro e Licenciamento dos Veículos - CRLV devidamente regularizados.

4.5 Critérios e Prática de Sustentabilidade

4.5.1 Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

4.5.2 Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

4.5.3 Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

4.5.4 Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mandos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416 de 30/09/2009, e legislação correlata; e

4.5.5 Os veículos e equipamentos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272 de 14/09/2002, e legislação correlata, bem como os limites máximos de emissão de poluentes, provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18 de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

4.6 Regionalização da execução do objeto

4.6.1 De forma descentralizada, a EMOP-RJ oferece um melhor atendimento à população, pois as DEPMAN's estão adaptadas às necessidades de cada região e considerando que a presente contratação ocorrerá pelo pregão eletrônico e divididos em 10 lotes, a regionalização das ARPs ocorrerão conforme segue abaixo:

Lote 01: 1º DEPMAN - Rua Luís Eugênio Monteiro de Barros, 103 - Itaperuna (Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Italva, Lajes do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai).

Lote 02: 2º DEPMAN - Avenida Eiras, 556 - Miracema (Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e São Sebastião do Alto).

Lote 03: 3º DEPMAN - Rua Baronesa da Lagoa Dourada, 147 - Centro - Campos (Campo dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra).

Lote 04: 4º DEPMAN - Rua Francisco Portela, 505 - Centro - Macaé (Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Iguaba Grande, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio).

Lote 05: 5º DEPMAN - Av. Governador Roberto Silveira, 1900 - Prado/ Conselheiro Paulino - Friburgo (Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Sumidouro e Trajano de Moraes).

Lote 06: 6º DEPMAN - Rua Bingen, 318 - Bairro Bingen - Petrópolis (Areal, Comendador Levy

Gasparian, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Teresópolis e Três Rios).

Lote 07: 7º DEPMAN - Avenida Lions Clube, 1235 - Vila Santa Cecília - Volta Redonda (Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Mendes, Pinheral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda).

Lote 08: 8º DEPMAN - Av. Henrique Duque Estrada Mayer, 149 - Nova Iguaçu (Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Mesquita, Queimados, São João de Meriti e Seropédica).

Lote 09: 9º DEPMAN - Av. Castello Branco nº 5, Niterói - (Magé, Guapimirim, Itaboraí, Tanguá, São Gonçalo, Niterói, Maricá, Rio Bonito, Saquarema, Silva Jardim).

Lote 10: 10º DEPMAN - Campo de São Cristóvão nº 138 1º andar sala 103, Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati).

V – DA ATA REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 Da vigência da Ata de Registro de Preços:

5.1.1 Conforme o Art. 15 do Regulamento de Registro de Preços da EMOP/RJ, O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da publicidade do ato.

5.2 Da quantidade a serem Registradas:

5.2.1 As quantidades a serem registradas estão permonizados nos anexos do presente Termo de Referência.

5.3 Da adesão:

5.3.1 Conforme previsto no RSRP da EMOP/RJ, Art. 24, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser aderida por órgãos ou entidades que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que realizado estudo, que demonstre a viabilidade e a economicidade, bem como atendidos os ditames do §1º do art. 5º do presente Regulamento.

5.3.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem aderir a ata de registro de preços da EMOP, deverão consultar o setor de licitações, responsável pelo seu gerenciamento, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para cada órgão público aderente. § 4º - O órgão gerenciador admitirá a adesão de no máximo cinco órgãos ou entidades, considerando-se as que se efetivarem em contratos e excluindo-se as que não promoverem a respectiva contratação no prazo de noventa dias.

5.3.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão aderente deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, devendo cumprir as atribuições inerentes a órgão participante e demais orientações do órgão gerenciador.

5.3.6 Compete ao órgão aderente os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações.

5.3.7 Fica autorizada a utilização das atas de Registro de Preços da EMOP na forma deste Regulamento quando a empresa atua na condição de prestadora de serviços no âmbito de suas atribuições previstas no art. 3º de seu Estatuto Social.

5.3.8 Os critérios acima, estão consonantes ao Art. 24 do Regulamento de Sistema de Registro de Preços da EMOP/RJ.

5.4. Dos contratos provenientes da Ata de Registro de Preços:

5.4.1 Da vigência dos Contratos decorrentes das Atas de Registro de Preços:

5.4.1.1 Conforme a LF. 13303 de 2016, art. 71, combinado com o art. 184 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP/RJ, os contratos decorrentes das Atas, não excederão a 05 (cinco) anos, contados a partir da data da sua celebração e terão sua vigência definida nos instrumentos convocatórios.

5.5 Do Reajustamento dos Preços dos itens contratados:

5.5.1 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da vigência contratual, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo ÍNDICE EMOP, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 193 a 200 do RLC/EMOP e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = (I/I_0) \times P_0$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

I₀ = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês de apresentação da proposta da contratada.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

P₀ = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma licitante na Proposta de Preços apresentada na licitação.

5.5.2 O marco inicial para os cálculos do reajuste será a data da apresentação da proposta.

5.6 Da Garantia do Contrato

5.6.1 - A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

5.6.2 O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da EMOP-RJ, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

5.6.3 A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

5.6.4 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

5.6.5 A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela EMOP- RJ.

5.7. Da Subcontratação

5.7.1 Não será admitida a subcontratação, visto que os serviços que compõem o objeto contratado não são serviços complementares ou acessórios e, desse modo, não se permite a adjudicação de parte do objeto.

VI- DA ESTIMATIVA DO VALOR:

6.1 Tendo em vista a especificidade dos serviços e dos itens constarem em bases de preços de referência, a composição de preços e serviços para a presente contratação foi feito com base no Boletim de Preços EMOP/RJ. Conforme segue no anexo da distribuição da necessidade por DEPMAN.

VII – DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento deverá ocorrer em até 30 dias, após o adimplemento da obrigação mediante a conclusão da Ordem de Serviço e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelos servidores designados.

7.2 Após a referida aprovação da planilha de medição apresentada pela empresa, à mesma deverá apresentar a nota fiscal para que possa ser encaminhada para o pagamento.

7.3 Em caso de irregularidade na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da reapresentação dos mesmos, desde que regularizados.

7.4 Considerando o Regime de Execução a ser contratado, os pagamentos serão efetuados após a medição dos serviços efetivamente realizados, com a descrição dos mesmos, de conformidade com o apontamento feito, após cada serviço autorizado.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 Realizar o acompanhamento, o andamento e a supervisão da solicitação efetuar o atesto da nota fiscal devidamente discriminada após conclusão pela contratada nos termos do RLC da EMOP/RJ;

8.1.1 Indicar servidores designados para o acompanhamento e fiscalização que serão responsáveis por exigir da CONTRATADA o cumprimento das regras estabelecidas no edital e em seus anexos.

8.1.1.2 A execução do Contrato e a respectiva prestação dos serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por servidores (Fiscais do Contrato) a serem designados pela **EMOP/RJ**, na condição de representantes da CONTRATANTE.

8.1.1.3 Os servidores designados para o acompanhamento e fiscalização serão responsáveis por exigir da CONTRATADA o cumprimento das regras estabelecidas no edital e em seus anexos.

8.1.1.4 Ao Fiscal compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do Contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados.

8.1.1.6 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.1.1.7 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis..

8.1.1.8 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscais e Substitutos designados.

8.1.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que estiverem em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

8.1.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.1.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos equipamentos para que sejam corrigidas.

IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando o erro na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, quando da fiscalização ou o acompanhamento pela **EMOP/RJ**.

9.2 Fica à CONTRATADA responsável pelo abastecimento diário de combustível dos veículos e equipamentos objetos deste certame.

9.3 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da prestação dos serviços.

9.4 Permitir que a **EMOP/RJ** realize a fiscalização do objeto da contratação, em todas as suas fases.

9.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as cláusulas e condições previstas no Termo de Referência.

9.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.6.1 Responsabilizar-se, pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

9.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.8 Elaborar, implementar e manter atualizados o Programa de Gerenciamento de Risco – PGR e o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO.

9.9 Realizar os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, observando-se as determinações contidas na NR-7, do atual Ministério da Economia.

9.10 Fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), sempre adequados ao risco da atividade, em perfeito estado de conservação e funcionamento, observadas as determinações legais e normativas aplicáveis.

X – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 As sanções administrativas estarão permonizadas no Edital da presente contratação.

XI – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.1 Da Visita/Vistoria técnica

11.1.1 Dispensar-se-á a visita técnica, devido à natureza da contratação.

11.2 Da Qualificação Técnica

11.2.1 Comprovações de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha fornecido objeto pertinente e em quantidade mínima de 50% do quantitativo envolvendo cada item do lote em que se pretende do objeto da licitação, devendo constar de seu texto as quantidades, itens e periodicidade do fornecimento, assim como deverão estar datados, assinados e carimbados pelos responsáveis legais das pessoas jurídicas que os fornecem.

1.2.1.2 A quantidade para cada item, constitui-se limite mínimo em conformidade com o previsto no Item II do Art. 58 da Lei 13.303/2006 e em alinhamento com o Acórdão 1771/2007 do TCU.

11.2.1.3 O atestado descrito, deverá ser fornecido em papel timbrado da empresa que o emitiu, identificando expressamente o contrato a que se refere, data de início dos serviços, data de conclusão, identificação do signatário, telefone e e-mail de contato.

11.3 Da declaração da disponibilidade dos equipamentos e máquinas.

11.3.1 A contratada deverá apresentar no dia da licitação declaração de disponibilidade de máquinas, equipamentos e veículos referente aos itens do lote pretendido.

XII - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:

12.1 A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada e gerenciada por uma Comissão de Gestão e Fiscalização a ser designada, através de Portaria, pelo Diretor-Presidente da EMOP, que determinará o que for necessário para o fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA.

12.2. A Comissão de Gestão e Fiscalização deverá adotar providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações.

12.3. No Livro de Ordem de Obras e Serviços, fornecido pela CONTRATADA e mantido no local dos serviços, a Comissão de Gestão e Fiscalização deverá anotar:

- a) O atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
- b) O juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) As observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
- d) As respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
- e) As restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- f) A determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização;
- h) Ao final da obra, o Livro de Ordem de Obras e Serviços referido será de propriedade do CONTRATANTE.

12.4. A Comissão de Gestão e Fiscalização deverá executar, mensalmente, a medição dos serviços, baseada no relatório apresentado pela CONTRATADA.

12.8 No caso de obras e serviços de engenharia, o órgão demitente e descentralizador de recursos receberá o objeto do contrato através do Termo de Recebimento de Obra ou Serviço pelo Cliente, a ser emitido pela EMOP, através da Comissão de Gestão e Fiscalização e pelo representante do órgão descentralizador de recursos. Em se tratando de obras de construção de prédios novos, junto com o mencionado termo será efetuada a entrega das chaves.

XIII MATRIZ DE RISCOS

13.1 A Matriz de Risco do contrato originado do presente Termo de Referência obedecerá aos seguintes critérios:

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Consequência na Execução do Objeto	Responsável pelo Tratamento do Risco
Operacional	Fatos retardadores ou que impeçam a execução do Contrato.	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre tratamento de impedimentos para execução e resolução de conflitos.	EMOP ^e CONTRATADA
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a FISCALIZAÇÃO caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP ^e CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP ^e CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP ^e CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da CONTRATADA.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP ^e CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Retardo na emissão de Empenho/ausência de Recursos.	Atraso na execução da demanda.	Oficializar aos superiores da necessidade urgente da descentralização de crédito. Não autorizar início da execução dos serviços	EMOP
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais.	Atraso no cronograma de execução. Paralisação.	Oficializar aos superiores necessidade urgente de pagamento das faturas/notas fiscais de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP

Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviços	Treinamento da Mão-de-Obra, Utilização de EPI, Conservação dos equipamentos e máquinas.	CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impedem a execução do Contrato próprios de riscos ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial	CONTRATADA

XIV ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO – ANS

Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a Contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da CONTRATANTE no acompanhamento da execução do contrato e são essencialmente relevantes para a obtenção de resultados positivos dos serviços.

A fiscalização do Contrato acompanhará o desempenho da CONTRATADA por meio desses indicadores, utilizando planilhas de controle e realizando verificação dos serviços.

A fiscalização transmitirá à CONTRATADA o resultado da avaliação, após o cumprimento de cada parcela solicitada, dos indicadores até o 5º dia útil do mês subsequente, para que a empresa prestadora dos serviços possa emitir a respectiva fatura mensal de cobrança dos serviços.

Ao final de cada etapa, verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a esta, após atesto, os termos de notificação produzidos no período, o ANS, contendo a pontuação referente à prestação do serviço no período faturado e os demais documentos e os encaminhará para abertura do processo de pagamento.

1. Do sistema de pontuação

TABELA 1 – Percentual de aplicação sobre cada ocorrência de infração

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2 % por dia, sobre o valor mensal do contrato
02	0,4 % por dia, sobre o valor mensal do contrato

03	0,8 % por dia, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0 % por dia, sobre o valor mensal do contrato
05	1,2 % por dia, sobre o valor mensal do contrato
06	1,5 % por dia, sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2 – Infrações

INFRAÇÃO		
Item	Descrição	Grau
01	Atrasar o início, suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	06
02	Manter veículo fora das especificações contratuais.	02
03	Manter veículo sem a devida manutenção preventiva ou corretiva para a execução dos serviços.	03
04	Recusar-se a executar serviço solicitado pela Contratante, sem motivo justificado.	01
05	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	06
06	Não manter regularizada a documentação do veículo.	04
07	Deixar de substituir, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, os veículos que estejam indisponíveis, seja em razão de sinistros, revisão, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança.	05

1.1 Os valores apurados em decorrência de descumprimento dos itens indicados no Acordo de Níveis de Serviços - ANS serão objeto de glosa da fatura da empresa (do período correspondente ao descumprimento).

XV - CONDIÇÕES GERAIS

15.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

15.2 Da participação de Consórcios

15.2.1 Não será permitida a participação de Consórcio para a realização da contratação e execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

15.3 Da participação de Cooperativas

15.3.1 Não será permitida a participação de Cooperativa de Trabalho para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

XVI. ANEXOS

16.1 Deverão compor, documentos integrantes deste Termo de Referência:

Anexo I – Planilhas de especificações técnicas, Quantidades e Preços Orçados

Planilha - Levantamento das Necessidades (60644724)

Planilha Atualização de equipamentos (62807172)

Rio de Janeiro, 08 janeiro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Rony Adriano da Silva, Diretor**, em 15/01/2025, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **91400290** e o código CRC **ADF4B1D2**.

Referência: Processo nº SEI-170002/001733/2023

SEI nº 91400290

Campo de São Cristóvão, 138, - Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20921-440
Telefone: